

Projeto	Casa	Autor	Ementa	Integralmente ou em parte	Decreto correspondente
PDL 395/2026	Câmara	Dep. Gustavo Gayer - PL/GO	Susta parcialmente os efeitos do Decreto nº 12.975 , de 20 de maio de 2026, que altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, para regulamentar dispositivos da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).	Susta parcialmente o 12.975	Decreto nº 12.975
PDL 396/2026	Câmara	Dep. Gilson Marques - Novo/SC, Marcel van Hattem - Novo/RS, Adriana Ventura - Novo/SP e outros	Susta os Decretos nºs 12.975/2026 e 12.976/2026 , que que dispõem sobre a regulamentação do Marco Civil da Internet e sobre deveres das plataformas digitais em matéria de proteção das mulheres no ambiente digital, respectivamente, por extrapolar em os limites do poder regulamentar do Poder Executivo, violarem a reserva legal e a competência do Congresso Nacional.	Susta integralmente	Decretos nºs 12.975/2026 e 12.976/2026
PDL 397/2026	Câmara	Dep. Diego Garcia - União Brasil/PR	Susta integralmente os efeitos dos Decretos nº 12.975 e nº 12.976 , de 2026, que regulamentam a atuação das plataformas digitais, dispõem sobre mecanismos de responsabilização e fiscalização no âmbito do Marco Civil da Internet e estabelecem medidas relacionadas à moderação de conteúdos e ao funcionamento de redes sociais.	Susta integralmente	Decretos nºs 12.975/2026 e 12.976/2026
PDL 398/2026	Senado	Sen. Rogério Marinho (PL/RN)	Susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.975, de 20 de maio de 2026 , que "altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.	Susta integralmente	Decreto nº 12.975
PDL 399/2026	Câmara	Dep. Nikolas Ferreira - PL/MG	Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.975, de 20 de maio de 2026 , que Altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.	Susta integralmente	Decreto nº 12.975
PDL 400/2026	Câmara	Dep. Rodrigo Valadares - PL/SE	Susta os efeitos do Decreto nº 12.975 , de 20 de maio de 2026, que "Altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014	Susta integralmente	Decreto nº 12.975
PDL 401/2026	Câmara	Dep. Rodrigo Valadares - PL/SE	Susta os efeitos do Decreto nº 12.976 , de 20 de maio de 2026, que "Estabelece diretrizes para a proteção de mulheres na internet e para o enfrentamento da violência contra mulheres em ambiente digital."	Susta integralmente	Decreto nº 12.976
PDL 402/2026	Câmara	Dep. Carlos Jordy - PL/RJ	Susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.975 , de 20 de maio de 2026, que altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, regulamentador da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.	Susta integralmente	Decreto nº 12.975
PDL 403/2026	Câmara	Dep. Carlos Jordy - PL/RJ	Susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.976 , de 20 de maio de 2026, que estabelece diretrizes para a proteção de mulheres na internet e para o enfrentamento da violência contra mulheres em ambiente digital.	Susta integralmente	Decreto nº 12.976
PDL 406/2026	Câmara	Dep. Evair Vieira de Melo - Republicanos/ES	Susta os efeitos do Decreto nº 12.976 , de 20 de maio de 2026, que estabelece diretrizes para a proteção de mulheres nainternet para o enfrentamento da violência contra mulheres em ambiente digital.	Susta integralmente	Decreto nº 12.976
PDL 407/2026	Câmara	Dep. Evair Vieira de Melo - Republicanos/ES	Susta os efeitos do Decreto nº 12.975 , de 20 de maio de 2026, que altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.	Susta integralmente	Decreto nº 12.975
PDL 408/2026	Câmara	Dep. Daniel Freitas - PL/SC	Ficam sustados os efeitos dos Decretos 12.975 e 12.976 de 2026 , publicados no D. O.U no dia 21 de maio de 2026, assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que atualizam a regulamentação do Marco Civil da Internet e estabelecem novas diretrizes para a proteção de mulheres no ambiente digital.	Susta integralmente	Decretos nºs 12.975/2026 e 12.976/2026
PDL 409/2026	Câmara	Dep. Mendonça Filho - PL/PE	Susta Decreto Federal nº 12975 , de 20 de maio de 2026, que Altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.	Susta integralmente	Decreto nº 12.975
PDL 410/2026	Câmara	Dep. Caroline de Toni - PL/SC	Ficam sustados, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, os efeitos dos Decretos nºs 12.975 e 12.976 , de 20 de maio de 2026, editados pelo Poder Executivo, que dispõem sobre deveres de provedores de aplicações de internet e plataformas digitais, moderação de conteúdo, responsabilização de intermediários, mitigação de circulação de conteúdos e competências fiscalizatórias da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD no âmbito da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Marco Civil da Internet	Susta integralmente	Decretos nºs 12.975/2026 e 12.976/2026
PDL 412/2026	Câmara	Dep. Delegado Caveira - PL/PA	Susta os efeitos do Decreto nº 12.975, de 2026 , que altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, regulamentador da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para tratar de hipóteses de discriminação de pacotes de dados na internet, degradação de tráfego, guarda de dados, requisição de informações pela Administração Pública e fiscalização de provedores.	Susta integralmente	Decreto nº 12.975
PDL 413/2026	Câmara	Dep. Kim Kataguirí - MISSÃO/SP	Susta a aplicação dos Decretos nº 12.975 e nº 12.976 , ambos de 20 de maio de 2026, que dispõem sobre a regulamentação do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e estabelecem diretrizes para o ambiente digital.	Susta integralmente	Decretos nºs 12.975/2026 e 12.976/2026
PDL 454/2026	Câmara	Dep. Mauricio Marcon - PL/RS	Ficam sustados, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, os efeitos dos Decretos 12.975 e 12.976 , de 20 de maio de 2026, editados pelo Poder Executivo, que dispõem sobre deveres de provedores de aplicações de internet e plataformas digitais, moderação de conteúdo, responsabilização de intermediários, mitigação de circulação de conteúdos e competências fiscalizatórias da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) no âmbito da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Marco Civil da Internet.	Susta integralmente	Decretos nºs 12.975/2026 e 12.976/2026
PDL 455/2026	Câmara	Dep. Julia Zanatta - PL/SC	Sustam os Decretos Presidenciais nº 12.975, de 20 de maio de 2026, que altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, e nº 12.976, de 20 de maio de 2026, que estabelece diretrizes para a proteção das mulheres na internet para o enfrentamento da violência contra mulheres no ambiente digital, por exorbitância do poder regulamentar e violação aos limites constitucionais da função regulamentar do Poder Executivo.	Susta integralmente	Decretos nºs 12.975/2026 e 12.976/2026
PDL 456/2026	Câmara	Dep. Bibo Nunes - PL/RS	Susta parcialmente os efeitos do Decreto nº 12.975 , de 20 de maio de 2026, que "Altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014."	Susta parcialmente o 12.975	Decreto nº 12.975
PDL 457/2026	Câmara	Dep. Capitão Alden - PL/BA	Ficam sustados, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, os efeitos dos Decretos nºs 12.975 e 12.976 , de 20 de maio de 2026, editados pelo Poder Executivo, que dispõem sobre deveres de provedores de aplicações de internet e plataformas digitais, moderação de conteúdo, responsabilização de intermediários, mitigação de circulação de conteúdos e competências fiscalizatórias da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD no âmbito da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Marco Civil da Internet.	Susta integralmente	Decretos nºs 12.975/2026 e 12.976/2026
PDL 458/2026	Câmara	Dep. Messias Donato (União Brasil/ES)	Susta os efeitos dos Decretos nºs 12.975 e 12.976 , de 20 de maio de 2026, editados pelo Poder Executivo, que dispõem sobre deveres de provedores de aplicações de internet e plataformas digitais, moderação de conteúdo, responsabilização de intermediários, mitigação de circulação de conteúdos e competências fiscalizatórias da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD no âmbito da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Marco Civil da Internet.	Susta integralmente	Decretos nºs 12.975/2026 e 12.976/2026
PDL 459/2026	Câmara	Dep. Cabo Gilberto Silva - PL/PB	Susta parcialmente os efeitos do Decreto nº 12.975 , de 20 de maio de 2026, que altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, para regulamentar dispositivos da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).	Susta parcialmente o 12.975	Susta parcialmente o 12.975
PDL 460/2026	Senado	Sen. Magno Malta (PL/ES)	Susta os efeitos dos Decreto nº 12.975 , de 20 de maio de 2026, que "altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014".	Susta integralmente	Decreto nº 12.975
PDL 466/2026	Senado	Sen. Magno Malta (PL/ES)	Susta os efeitos do Decreto que estabelece diretrizes para a proteção de mulheres na internet e para o enfrentamento da violência contra mulheres em ambiente digital.	Susta integralmente	Decreto nº 12.975
PDL 467/2026	Senado	Sen. Dr. Hiran (PP/RR)	Susta o Decreto nº 12.975, de 20 de maio de 2026, que altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.	Susta integralmente	Decreto nº 12.975
PDL 468/2026	Câmara	Dep. José Medeiros (PL/MT)	Susta os efeitos do Decreto nº 12.976, de 20 de maio de 2026, que estabelece diretrizes para a proteção de mulheres na internet e para o enfrentamento da violência contra mulheres em ambiente digital.	Susta integralmente	Decreto nº 12.976
PDL 469/2026	Câmara	Dep. Bia Kicis (PL/DF)	Susta os Decretos nº 12.975/2026 e nº 12.976/2026, que dispõem sobre a regulamentação do Marco Civil da Internet e sobre deveres das plataformas digitais na proteção das mulheres no ambiente digital, por extrapolar em o poder regulamentar, violarem a reserva legal e invadirem a competência do Congresso Nacional.	Susta integralmente	Decretos nºs 12.975/2026 e 12.976/2026
PDL 470/2026	Senado	Sen. Esperidião Amin (PP/SC)	Susta o Decreto nº 12.975, de 20 de maio de 2026, que altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.	Susta integralmente	Decreto nº 12.975